

Réultados do 1º turno mostram o que pode cair

Para suprimir artigos durante o segundo turno de votações na Assembléia Constituinte, as lideranças partidárias terão de mudar o pensamento de muitos deputados e senadores. As votações, no primeiro turno, de dez temas considerados entre os mais polêmicos demonstram, contudo, que em alguns tópicos pode ser mais fácil de se chegar a um acordo do que em outros.

A votação mais frágil foi a que concedeu anistia da correção monetária a microempresários e a pequenos e médios produtores rurais que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado: a emenda passou por 286 votos favoráveis (apenas seis a mais do que o necessário) e 163 contrários e 22 abstenções. A vitória mais apertada depois desta foi a que impôs um limite de 12% aos juros bancários: foram 314 votos a 112, com 34 abstenções.

A jornada de seis horas para turnos ininterruptos de trabalho teve 44 votos a mais do que o necessário. Ela conseguiu 324 votos, mas teve 125 votos contrários e 25 abstenções. A licença paternidade teve uma folga um pouco

maior: foi aprovada com 337 votos, votaram contra 67 constituintes, e 28 se abstiveram.

A nacionalização da mineração, outro tema polêmico, surgiu da aprovação de 343 parlamentares. Contra ela estiveram 126, e 17 se abstiveram. Para incômodos do governo, a estabilidade de funcionários públicos após cinco anos de serviço foi aprovada, no capítulo das disposições transitórias, por 386 votos contra apenas 6, e 4 abstenções.

A ampliação para 120 dias da licença de gestante entrou no texto por 429 votos favoráveis, apenas 11 contrários e 6 abstenções. As novas normas que regulam o direito de greve, consideradas muito flexíveis pelo governo e por parlamentares conservadores, passaram por 436 votos, contra 38 e 19 abstenções.

A criação da igualdade de direitos entre os trabalhadores com vínculo empregatício e os trabalhadores avulsos contou com 442 votos, contra 13 e 4 abstenções. E a definição de empresa nacional teve aprovação ainda mais expressiva: 499 votos favoráveis, 16 contrários e 5 abstenções.

CUT e CGT discutem como manter conquistas

por Flávio Porcello
de Porto Alegre

Representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação Geral de Trabalhadores (CGT) e de sindicatos e federações de trabalhadores reuniram-se ontem em Porto Alegre para discutir formas de garantir no texto constitucional a ser apresentado no segundo turno de votações da Assembléia Nacional Constituinte os temas considerados "garantias conquistadas pelos trabalhadores". A reunião teve a presença dos dois constituintes eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio Grande do Sul, Olívio Dutra e Paulo Renato Paim.

Os deputados comprometeram-se a "lutar para manter na Constituição direitos arduamente conquistados pelos trabalhado-

res", como definiu Olívio Dutra, mas não chegaram a indicar uma estratégia concreta para garantir sucesso nas votações. E que as posições por eles defendidas junto aos sindicalistas gaúchos estão afinadas com posições com as quais o PT tem votado na Constituinte. "O problema são as outras correntes, como o 'Centrão'. E preciso que os deputados progressistas e efetivamente comprometidos com o trabalhador reunam força para derrotar os conservadores. Isto já foi obtido no primeiro turno, agora terá que ser repetido no segundo", disse o deputado Paulo Renato Paim. Os deputados gaúchos do PT não revelaram como será feita a pressão sobre os constituintes de outros partidos no segundo turno de votação.

(Ver relatório nessa edição.)

Agenda

Próxima sessão

• Votações — Na quinta-feira se realiza a primeira das cinco sessões da Constituinte, nas quais os constituintes poderão apresentar até quatro emendas supressivas ao projeto de Constituição entregue ontem pelo relator Bernardo Cabral. Após essas sessões abre-se prazo, de cinco dias, para que o relator emita seu parecer sobre as emendas apresentadas, que poderão também corrigir omissões, contradições ou proble-

mas de linguagem. Terminado o prazo do relator, dia 18, o texto revisto será novamente distribuído aos constituintes que terão dois dias, 19 e 20, para apresentar até quatro destaque cada um, sobre as emendas apresentadas. Assim, as votações do segundo turno devem começar apenas dia 21, sem prazo para seu término. Esse cronograma, no entanto, pode sofrer alterações, caso o relator Bernardo Cabral emita seu parecer antes do prazo estipulado.